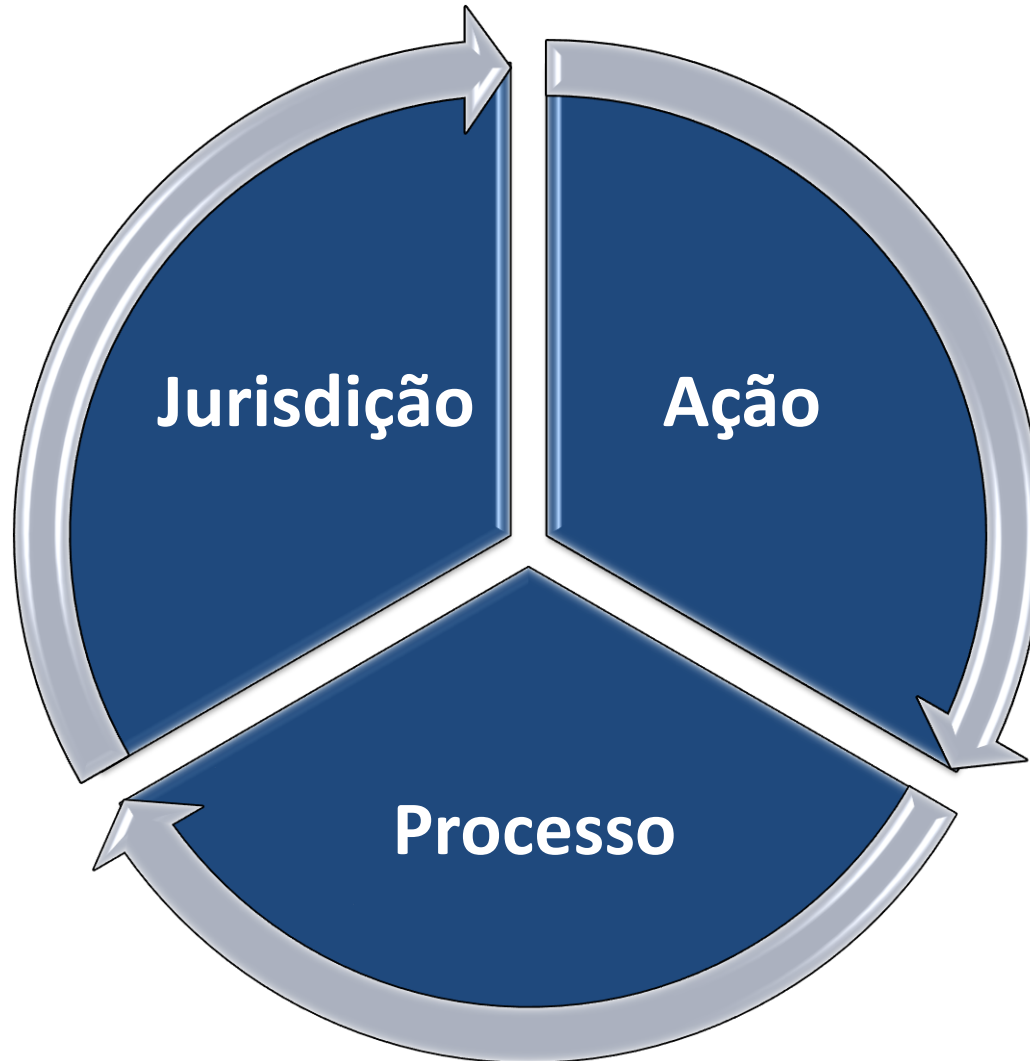


# **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

## **Teoria da Ação:** **Conceitos Iniciais**

***Professor Rafael Menezes***

# Trilogia Estrutural do Processo



**Pode-se dizer que a jurisdição é a função estatal de tutela dos interesses particulares, ao passo que a ação é o direito de acesso à jurisdição, que se exerce através do processo**

**Leonardo Greco**

# Teorias sobre o direito de ação



**Immanentista**



**Autonomia**

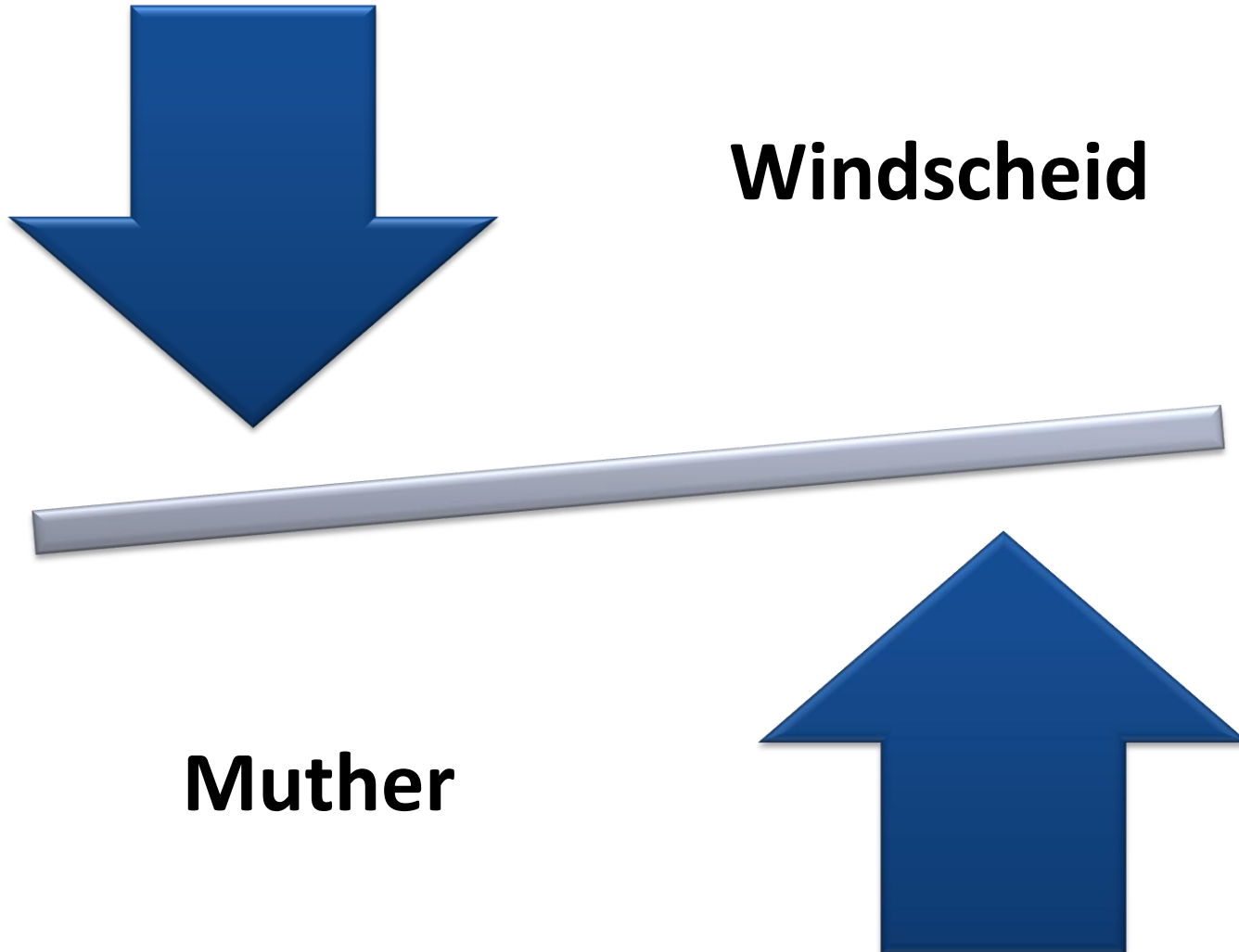
# TEORIA IMANENTISTA

- a) Até meados do século XIX
- b) Conceito de *actio* romana
- c) Ação seria manifestação do direito material
  - aspecto da violação
  - estado de defesa
- d) “Parte constitutiva do direito subjetivo, pois que é o próprio direito em atitude defensiva” (C.B)

# TEORIA IMANENTISTA

- a) **Teoria Civilista (*ou Clássica*) do Direito de Ação (*Savigny e Celso*)**
- b) **Mecanismo de defesa do direito material (mero procedimento)**
- c) **“A todo direito corresponde uma ação, que o assegura”  
(Art. 75 do CC/16)**





# Autonomia do Direito de Ação

## TEORIA CONCRETISTA

- a) **Direito de ação é distinto do direito material**
- b) **O direito de ação só existiria quando o resultado final do processo fosse favorável ao autor (“direito de obter, em juízo, uma sentença favorável”)**
- c) **Somente o reconhecimento do direito material importaria no reconhecimento do direito de ação**

# TEORIA CONCRETISTA

- a) Adolf Wach, Bulow, Chiovenda**
- b) Direito voltado contra o Estado e contra o adversário**
- c) Faculdade de demandar / direito de ação (tutela jurisdicional)**

# TEORIA CONCRETISTA

**a) Giuseppe Chiovenda**

**b) Ação como direito potestativo  
(submeter o adversário)**

**c) Voltado somente contra o  
adversário**

# TEORIA ABSTRATIVISTA

- a) **Surge a partir de certas indagações**
  - a.1) Improcedência do pedido
  - a.2) Ações Declaratórias Negativas
  - a.3) Direitos da personalidade
- b) **Heinrich Degenkolb e Alexander Plósz**
- c) **Direito de ação como direito de provocar a função jurisdicional**  
*(direito de se obter um provimento jurisdicional)*

## TEORIA ECLÉTICA

- a) Enrico Tulio Liebman
- b) Considera o direito de ação como direito abstrato (independe do resultado), mas impõe requisitos a sua existência, não seria tão amplo e irrestrito
- c) Direito a obter um provimento de mérito (procedência ou improcedência)

## TEORIA ECLÉTICA

- a) Só haveria direito de ação quando houvesse provimento de mérito
- b) Só haveria o direito de ação quando estivessem presentes as *condições da ação*
- c) Condições da Ação como elementos estranhos ao mérito da causa (requisitos para existência do direito de ação)



## TEORIA ECLÉTICA

- a) Ausência das condições da ação configura a carência da ação e, no atual CPC-73, conduz à extinção do processo sem resolução do mérito (sentença terminativa – anômala)
- b) Reconhecida a carência da ação, não há formação da coisa julgada material (somente formal, art. 267, CPC )

**ATUAL  
RELEITURA  
DA  
TEORIA  
ECLÉTICA**

- a) As condições da ação seriam requisitos para o exercício regular do direito de ação, que conduz à análise do mérito, mas não está ligada à existência do direito de ação**
- b) O direito de ação se revela ao longo de toda a formação gradual do processo**

**ATUAL  
RELEITURA  
DA  
TEORIA  
ECLÉTICA**

- a) O direito de ação é um direito público subjetivo de provocar a atuação jurisdicional e nos termos do art. 5º, CF/88, é irrestrito.**
- b) O direito de ação pode ser reconhecido como direito contra ao Estado**

# AUTONOMIA DO DIREITO DE AÇÃO

Concretista

Abstrata

Eclética

Provimento  
**Favorável**

**Qualquer**  
Provimento

Provimento  
de **Mérito**



## Direito de Ação

- a) Eduardo J. Couture (sec. XX)
- b) Direito à prestação da jurisdição
- c) Manifestação do direito de petição



**Direito Subjetivo Público**



**Autônomo**



**Abstrato**



**Em face do Estado**

# Condições da Ação





## INTERESSE DE AGIR

**a) Utilidade do provimento  
jurisdicional pretendido pelo  
demandante (Cândido Rangel  
Dinamarco)**

**a.1) interesse-necessidade**

**a.3) interesse-utilidade**

**a.2) interesse-adequação**

## INTERESSE DE AGIR

### a.1) interesse-necessidade

intervenção estatal indispensável por imposição legal ou porque o réu se recusa a fazê-lo.

A necessidade repousa no fato de a tutela não poder ser obtida por outro meio

ex.: dívidas já quitadas  
esclarecimento de dúvidas

## INTERESSE DE AGIR

### **a.2) interesse-utilidade:**

possibilidade de proporcionar uma situação mais favorável (em relação a atual) ao demandante

- adimplemento de obrigação antes da citação (após, haverá perda superveniente do objeto)
- aquisição pelo locatário, da propriedade do imóvel cuja posse o locador tenta reaver mediante a anulação da locação (art. 659, CPC)

## INTERESSE DE AGIR

**a.2) interesse-adequação:**  
**relação entre o provimento pretendido e o meio processual eleito (Cândido Rangel Dinamarco)**

- Ação de Reintegração de Posse ao invés da Ação de Despejo
- Mandado de Segurança contra lei em tese
- Divórcio e Anulação de casamento

## POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO

- a) **Conformidade do pedido com o ordenamento jurídico (licitude e possibilidade material) Leonardo Greco**
- b) **Há possibilidade jurídica do pedido quando a pretensão do autor se refere à providência admissível, em tese, pelo direito objetivo” (STJ)**

## POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO

- a) Não só o pedido deve ser possível, como também a causa de pedir (fundamento da pretensão) deve sê-lo
- b) Embora o ordenamento permita, em tese, o pedido pretendido, a ilicitude da causa de pedir impede que os fatos produzam os efeitos que conduziriam ao pedido

## POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO

### a) Exemplos:

- Penhora de bem público (art. 730, CPC)
- Cobrança de dívida de jogo (art. 814, CC/2002)
- Fundamentação baseada no domínio, quando pendente ação possessória (art. 923, CPC)



## POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO

### a) Exemplos:

- Afastamento da aposentadoria compulsória
- Negócio jurídico que envolva herança de pessoa viva (pacto corvina - art. 426, CC/2002)

b) Liebman reconheceu, na 3a edição de seu livro (1973), que a possibilidade jurídica não consistia em condição da ação

# Forma de verificação das condições da ação



# Teoria da Asserção



# Teoria da Demonstração

## TEORIA DA ASSERÇÃO

- a) “o juiz afere a presença das condições da ação apenas à luz da hipótese narrada pelo autor na petição inicial” (Leonardo Greco)
- b) *in status assertionis* – Kazuo Watanabe
- c) Teoria adotada pelo STJ, mas não há unanimidade, em

## TEORIA DA ASSERÇÃO

- a) A consequencia da carência da ação varia de acordo com a profundidade da cognição
- b) as condições da ação devem ser verificadas pelo juiz à luz, essencialmente, das alegações feitas pelo autor na inicial. (STJ)

## TEORIA DA ASSERÇÃO

**a) Acaso seja necessária cognição profunda para constatar-se a carência da ação, considera-se que tal análise adentrou no mérito da pretensão (objeto do processo) e o processo então, constatada a carência, será extinto com resolução do mérito, em razão da improcedência do pedido**

# Momento de verificação das condições da ação

## **Recebimento da inicial**

- **Indeferimento da Inicial**
- **Art. 295, I, II e III, do CPC**

## **Após apresentação da defesa**

- **Extinção anômala do processo**
- **Art. 267, VI, do CPC**

## **A qualquer tempo e grau de jurisdição**

- **Art. 301, X, do CPC**
- **Súmula 424/STF**



# Observações

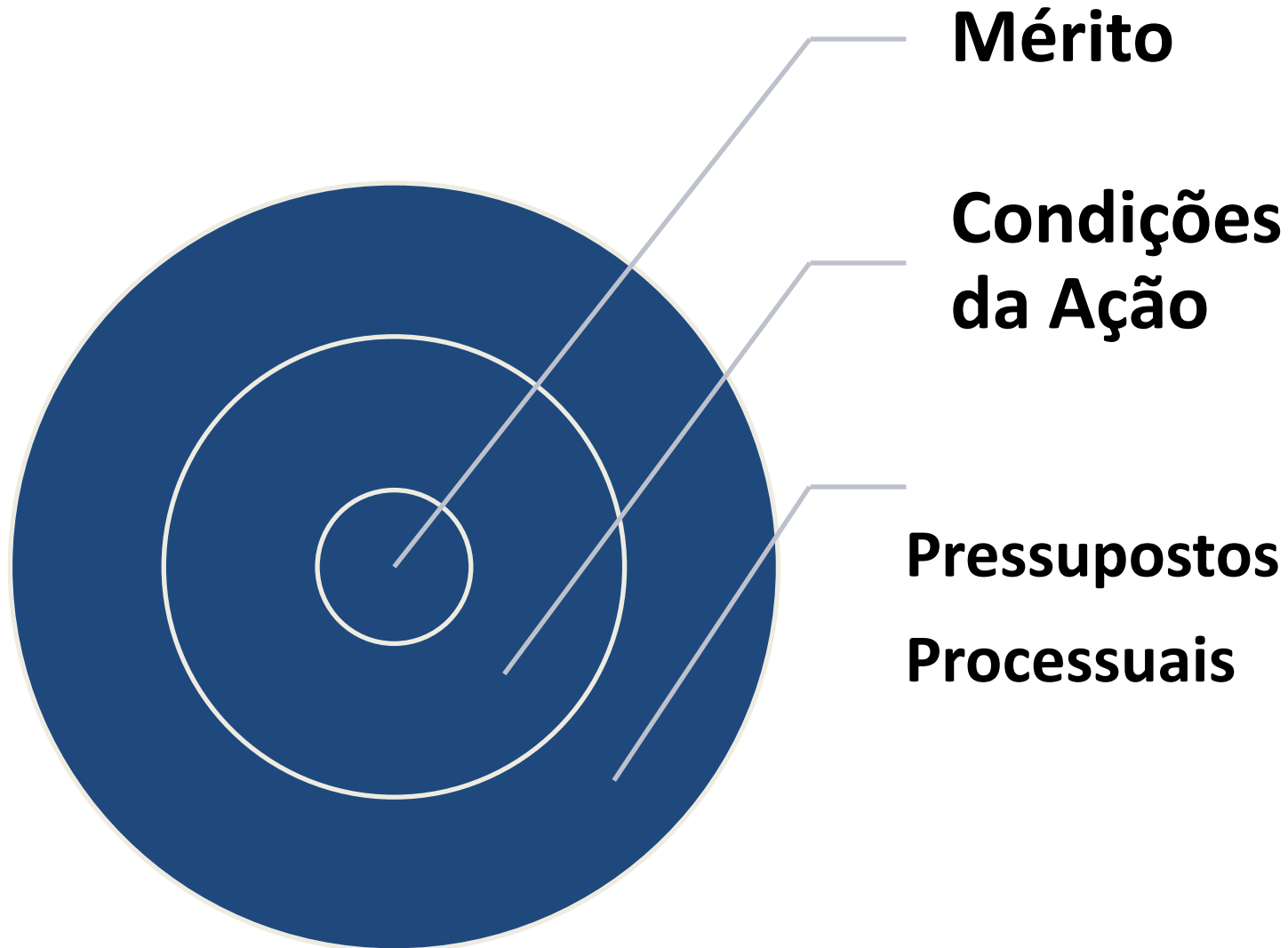
# Perda Superveniente das Condições da Ação

## Súmula 424/STF

**Necessidade de pré-  
questionamento em RE e Resp**

**O direito de ação é exercido contra  
o adversário e contra o Estado**

**Ação como demanda = conjunto de elementos propostos pelo autor que delimitam o objeto litigioso, ou a pretensão sobre a qual o juiz vai exercer a jurisdição (Leonardo Greco)**



**Distinção entre ação de direito material e de direito processual?  
Ainda persiste?**

**Sugestão de leitura: Barbosa  
Moreira**